

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA ATRAVÉS DA EQUOTERAPIA: UMA PERSPECTIVA SOCIAL E ACADÊMICA

Sisle Francisca Da Silva Dos Santos¹¹

Antuterpio Dias Pereira¹²

RESUMO

A deficiência física não se trata apenas de uma limitação, mas sim de uma perspectiva social e subjetiva, que agrega todas as esferas sociais do indivíduo. Este trabalho tem o intuito de pesquisar a efetividade da inclusão de crianças especiais no ensino remoto, dando ênfase ao uso da equoterapia como força de tratamento e inclusão. Utilizando como metodologia uma pesquisa bibliográfica, na qual constituiu-se na consulta de várias literaturas, tais como Martins (2020), Daxenberger (2020) e Chelini (2016). Sendo assim, a inclusão de crianças com deficiência ao sistema de ensino brasileiro é um grande desafio da atualidade, visto que com as medidas adotadas devido a pandemia do covid-19, a educação brasileira sofreu com grandes mudanças, como a implementação do ensino remoto e falta de normativas para dar parâmetros à educação especial. Logo as metodologias alternativas de ensino foram negligenciadas, porém devido à baixa transmissibilidade do coronavírus ao ar livre, a equoterapia surge como um recurso para auxiliar o desenvolvimento cognitivo e motor de crianças com deficiência em tempos de pandemia.

Palavras-chave: Inclusão; Covid-19; Equoterapia.

ABSTRACT

Physical disability is not just a limitation, but a social and subjective perspective, which brings together all social spheres of the individual. This work aims to research the effectiveness of including special children in remote education, emphasizing the use of hippotherapy as a force for treatment and inclusion. Using as a methodology a bibliographic research, which consisted of consulting several

¹¹ Discente do curso de Pedagogia - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE.

¹² Professor Doutor em História -UFGD e professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço EDUVALE.

literatures, such as Martins (2020), Daxenberger (2020) and Chelini (2016). Thus, the inclusion of children with disabilities in the Brazilian education system is a major challenge today, since with the measures adopted due to the covid-19 pandemic, Brazilian education has undergone major changes, such as the implementation of remote and lack of regulations to provide parameters for special education. Soon, alternative teaching methodologies were neglected, but due to the low transmissibility of the coronavirus in the open air, hippotherapy appears as a resource to help the cognitive and motor development of children with disabilities in times of pandemic.

Keywords: Inclusion; Covid-19; Hippotherapy.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Durante muito tempo a educação especial foi negligenciada no Brasil até que finalmente em meados do século XIX, seguindo o modelo europeu, o Instituto dos meninos cegos e o Instituto dos meninos surdos foi criado, dando fim há um longo período de estagnação, entretanto o preconceito continuou firme e termos hostis ainda eram utilizados para identificar os alunos, pois não havia uma conceituação precisa para deficiência (MENDES, 2010).

Mas, segundo Rogalski (2010), foi somente em 1970, que educação especial começou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, garantindo apoio social e a inserção no ambiente educacional, ademais vale ressaltar foi apenas com a criação da Declaração de Salamanca, em 1994, que a educação inclusiva começou a ser apoiada, baseando-se no princípio constitucional de igualdade trazido pelo artigo 5º da Constituição Federal (1988).

Ademais, durante esse período as crianças com deficiência eram tratadas com rigor e praticamente nenhum apoio especial, além disso haviam crianças nessas instituições que não se adequam corretamente ao conceito atual de deficiência, assim essas instituições abrigavam crianças que fugiam dos padrões da época, o que ajudou a fixar os conceitos vagos e incoerentes sobre deficientes do período, como visto em relatos de 1930, com o conceito de ensino emendativo que visava corrigir anormalidades (MENDES, 2010).

Assim o autor supracitado, Mendes (2010), diz que até a década de 70,

[...] havia o pressuposto que a segregação escolar, permitiria melhor atender as necessidades educacionais diferenciadas desses alunos, após esse período, houve uma mudança filosófica orientada pela ideia de inserção escolar em escolas comuns (MENDES, 2010, p. 105).

Logo, a educação inclusiva começa a entrar em pauta a partir desse período, após séculos o Brasil de omissão com relação a inclusão dos deficientes no ambiente acadêmico, como visto na Constituição Federal (1988) que traz como direito a inserção no ambiente acadêmico, o que não garante a correta adaptação do aluno especial no ambiente escolar, além disso a capacitação dos professores se torna primordial para a evolução acadêmica do aluno.

A PANDEMIA COVID-19

No ano de 2020, a ONU declarou que o vírus SARS-Cov-2, se expandiu por todos os continentes gerando uma pandemia, com alto poder de contágio, o que gerou a necessidade de um distanciamento social, onde as práticas de socialização precisaram se reinventar para adaptar-se ao, popularmente conhecido, novo normal, no qual aglomerações e ambientes superlotados inviáveis (MARTINS, 2020).

O que surpreendeu o governo Brasileiro, visto que não possuía medidas suficientes para adequar-se ao novo cenário mundial, principalmente no que tange a educação, pois a implementação do ensino remoto, não veio acompanhado de políticas públicas inclusivas, esquecendo-se das necessidades individuais de cada aluno (MARTINS, 2020).

Como dito por Dias (2020),

A Educação a distância (EaD) não pode ser a única solução, esta metodologia tende a exacerbar as desigualdades já existentes, que são parcialmente niveladas nos ambientes escolares, simplesmente, porque nem todos possuem o equipamento necessário. Se a meta for investir apenas em ferramentas digitais, certamente, contribuiremos para uma piora na aprendizagem dos alunos a curto e a médio prazos (DIAS, 2020, p. 2).

Assim, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Portaria nº 343, autorizou excepcionalmente o meio digital para a realização das atividades acadêmicas como substituição as atividades presenciais, sendo

responsabilidade da instituição a disponibilização de ferramentas de aprendizagem aos alunos, todavia não garante recursos financeiros suficientes para a implementação do ensino remoto sem levar em consideração a equidade (SANTOS, 2020).

Outrossim, tal portaria não cita a educação especial, trazendo uma insegurança social, obviamente são necessárias novas metodologias para fixação e interesse principalmente nos anos iniciais, essa negligência não ocorreu apenas no país, tanto que a ONU criou um documento trazendo medidas inclusivas que podem ser implementadas durante o período de pandemia, partindo da premissa de “não deixar ninguém para trás” (ONU, 2020, tradução nossa).

Além disso, o ensino remoto demonstrou o despreparo da educação brasileira frente a adversidades, como dito por Bezerra (2021),

A situação provocada pela pandemia expôs ainda mais as mazelas educacionais. Claro que nenhum profissional, professor ou não, estava preparado para lidar com as dificuldades surgidas, no entanto, barreiras no desenvolvimento de aulas remotas nos leva, a visualizar o baixo investimento educacional, bem como a falta de políticas efetivas de formação e valorização docente (BEZERRA, 2021, p. 3).

Segundo o autor supracitado, os estudantes do país sofrem com o despreparo do governo para situações de urgência, pois a implementação do ensino remoto sem políticas públicas de inclusão social, torna o ensino classicista e excludente, além do despreparo dos docentes, visto que não possuem uma capacitação adequada para se adaptarem a essa nova modalidade de ensino.

Ademais, o bem-estar de toda a comunidade acadêmica deve ser levado em consideração, pois todos encontram-se fragilizados frente ao novo cenário mundial, o que favorece ao aparecimento de doenças mentais, tais como a depressão e a ansiedade (DIAS, 2020).

Corroborando com o supracitado, Dias (2020) diz que,

No momento atual, muitas escolas, públicas e privadas, estão exagerando nas expectativas do que professores e familiares conseguem fazer. Há diferenças substanciais entre as famílias, atualmente, em confinamento. Algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais do que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, auxiliando-os com as aulas online (DIAS, 2020, p. 3).

Entretanto, não se deve analisar o novo cenário mundial de modo dicotômico, no qual os profissionais da educação necessitam refletir a respeito da pluralidade social brasileira, a fim de criar novas metodologias de ensino durante a pandemia do Covid-19, sem deixar de interagir com a comunidade que envolve o ambiente acadêmico (KRUPPA, 2020).

BREVES CONCEITOS

A deficiência física sendo compreendida como uma perspectiva social, vai além da simples incapacidade de fazer algo, possuindo uma relação direta com o bem-estar social, onde o governo tem por papel garantir a subjetividade individual e a qualidade de vida dessa minoria, corroborando o art. 6º da Constituição Federal (1988), a educação é um direito de todo cidadão brasileiro, sendo garantido independentemente das especificidades individuais.

Porém, Mantoan (2003) afirma que,

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno — segundo suas capacidades e seus talentos — e de um ensino participativo, solidário, acolhedor (MANTOAN, 2003 p. 9).

Logo, a simples inserção da pessoa com necessidades especiais em um novo contexto escolar não a torna parte do mesmo, sendo fundamental o uso de medidas para a correta inclusão do discente, para tanto o ambiente, as metodologias e os docentes devem se adaptar as necessidades do aluno, além de incentivar sua socialização (SENA, 2020).

Outrossim, o Plano nacional de Educação, Lei N° 13.005/2014, em seu 4º artigo, garante,

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Assim, o governo coloca em foco a necessidade de um sistema educacional inclusivo, onde, crianças e jovens com necessidades especiais não

são negligenciados pelo ensino regular, que não atende suas necessidades específicas, pois ignora a falta de recursos destinados para tanto e nem treinamentos específicos para seus docentes.

Entretanto, para Lopes (2013),

Devido ao entendimento de que a inclusão é um imperativo de Estado, ou seja, que deve atingir a todos sem distinção e independentemente dos desejos dos indivíduos, fazer uma crítica radical a ela exige algumas precauções linguísticas e acadêmicas [...] tensionar a inclusão inscreve-se na problematização do governmentamento e da governamentalidade. Dessa forma, justificamos nosso interesse em mostrar a produtividade de trabalhar com os conceitos de inclusão, educação e governamentalidade (LOPES, 2013 p. 13-15).

Além disso, é primordial que ocorra o atendimento complementar aos meios convencionais da educação, a fim de contribuir no desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, porém é necessária a avaliação da evolução do aluno de maneira multidisciplinar, como por exemplo nos casos de deficiência cognitiva onde a equoterapia já se mostrou eficiente tanto no intelecto, quanto no físico dos alunos em sessões curtas de 20 minutos por semana (DAXENBERGER, 2020).

Ademais, os índices educacionais brasileiros sempre estiveram abaixo do desejado, sendo marcado por uma grande evasão escolar refletindo a ausência de um ensino inclusivo, que trabalha todas as esferas de conhecimento levando em consideração as especificidades dos alunos, na qual a rotulação e a falta de uma equipe multidisciplinar no ambiente acadêmico agravam o problema educacional brasileiro (MANTOAN, 2003).

Mas, com a pandemia do Covid-19 o desafio aumenta, já que o ambiente escolar se tornou virtual, onde a desigualdade social torna-se mais um empecilho no processo educacional, visto que no Brasil, o governo implementou a modalidade de ensino remoto, sem dar suporte aos discentes de classe inferior que não possuem acesso à internet e/ou aos alunos que precisam ser assistidos com acompanhamento de um profissional capacitado (MARTINS, 2020).

Assim, mais uma vez a simples inserção de deficientes entra em foco, já que por ser uma medida extraordinária o ensino remoto deixa lacunas que não levam em consideração as especificidades dos indivíduos, onde o principal prejudicado é o aluno, principalmente os que possuem alguma necessidade

especial e não conseguem um aprendizado satisfatório com as metodologias tradicionais (SENA, 2020).

METODOLOGIAS LÚDICO-PEDAGÓGICAS

As metodologias lúdicas são banalizadas e vistas apenas como joguinhos e passatempos, o que ignora totalmente a carga intelectual trazida por essas atividades, visto que tornam o aprendizado um processo prazeroso para as crianças, no qual ajuda no desenvolvimento cognitivo infantil de maneira abrangente, já que essa possui diversas formas de utilização como a dramatização, pintura, histórias, danças, entre outros (MARQUES, 2012).

Corroborando com o supracitado, Rolim (2008), afirma que,

Brincar é aprender; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem (ROLIM, 2008, p. 177).

Assim, as atividades lúdicas se tornam parte do processo de desenvolvimento da criança, considerada até um extinto natural, que auxilia no processo de aprendizagem de tal modo que se torna uma ferramenta fundamental quando se trata da educação especial, desde que leve em consideração as necessidades individuais de cada aluno, adaptando-se a cada meio em que se aplica (MARQUES, 2012).

Além disso, metodologias lúdicas incluem o aluno em seu próprio processo de aprendizagem fugindo do modelo tradicional, que impõe o professor como uma autoridade superior ao aluno, sendo primordial a capacitação do profissional da educação para atentar-se aos sinais de êxito da metodologia, que deve se adaptar as necessidades dos alunos da educação infantil, sejam elas coletivas ou individuais, onde o pedagogo pode intervir e buscar soluções para os problemas relacionados ao aprendizado (MARQUES, 2012).

Entretanto, é fundamental uma correta contextualização da atividade para o melhor entendimento das dificuldades de cada criança de acordo com o conteúdo apresentado, onde pode-se perceber melhor as dificuldades individuais de cada aluno, como a falta de socialização e inclusão no ambiente

escolar, principalmente no caso de alunos com necessidades especiais (ROLIM, 2008).

EDUCAÇÃO ESPECIAL INFANTIL NO NOVO CENÁRIO MUNDIAL

A adaptação ao ensino remoto tem sido dura, com o uso de novas tecnologias os professores precisam inovar cada vez mais para tornar a aula interessante, sem sobrecarregar os alunos, deve-se atentar-se que o ambiente doméstico é diferente do escolar e que cada aluno possui dificuldades individuais, por isso é importante fazer pausas e manter uma linha de diálogo aberta para saber as modificações necessárias para tornar a aula didática e proveitosa (CAPELLINI, 2020).

Assim, o paradigma do ensino inclusivo entra em foco, mas com novos desafios, onde só inserir alunos em uma turma não é suficiente para torná-lo uma parte ativa do grupo social ao qual foi exposto, então cabe ao pedagogo utilizar novas metodologias lúdicas para tornar o ambiente virtual um local de convívio agradável e educativo, a fim de que todos se sintam incluídos no processo de ensino (SENA, 2020).

Como dito por Cury (2020),

Envolver os estudantes na confecção dos recursos lúdico-pedagógicos e na criação de conteúdo é uma forma de dividir as responsabilidades, transformando-os em protagonistas deste processo de (re)construção de novos conhecimentos. Ressalta-se ser esta uma forma criativa, divertida, colaborativa e interativa para aprender (CURY, 2020, p. 5).

Logo, tornar a criança parte de seu próprio aprendizado a partir de metodologias ativas, que utilizem o lúdico-pedagógico como base, auxilia no processo de aprendizagem principalmente nos casos de crianças especiais, possuindo um valor educacional intrínseco no desenvolvimento cognitivo infantil, que favorece a construção da inteligência e do raciocínio lógico, além de fornecer um meio de distração e diversão para a criança (MARQUES, 2012).

Ademais, vale ressaltar a importância dos pais para a adaptação a nova rotina, onde ganham não só de repreender e ordenar que as atividades sejam feitas, mas também de auxiliares e observadores das alterações no humor da criança, visto que com o isolamento social a criança pode não adaptar-se bem a nova rotina de estudos, além de buscar juntamente com o pedagogo meios de

interação saudáveis para incluir efetivamente o aluno com deficiência no novo ambiente virtual de aprendizagem (CAPELLINI, 2020).

Entretanto, algumas metodologias alternativas necessitam do contato para sua efetividade, como por exemplo a equoterapia, na qual necessita do contato da criança com o animal. Tal método destaca-se no que tange ao desenvolvimento motor e cognitivo das crianças (CHELINI, 2016). Porém, a equoterapia por ser metodologias terapêuticas ao ar livre ainda pode ser utilizada como meio de aprendizagem, visto a baixa transmissibilidade do coronavírus em locais abertos, ainda mais quando associadas as medidas de distanciamento social.

A EQUOTERAPIA COMO FORÇA DE TRATAMENTO E INCLUSÃO

Atualmente no Brasil milhões de pessoas convivem com algum tipo de deficiência, sendo de suma importância priorizar os programas assistenciais para que essas pessoas desenvolvam suas potencialidades, a fim de serem incluídos na sociedade de maneira funcional, para tanto é primordial o auxílio de profissionais devidamente treinados (CHELINI, 2016).

Além disso, Cury (2011) diz que,

A abordagem interdisciplinar é primordial para que sejam alcançadas as potencialidades almejadas considerando as visões particulares da fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, educação física e medicina com objetivos de ampliar o campo de atuação da técnica e gerar uma visão mais holística e humana sobre a criança (CURY, 2011, pág. 115).

Assim, diversas metodologias terapêuticas foram criadas para auxiliar no desenvolvimento de crianças e adultos com deficiência, dentre os tratamentos, destaca-se a equoterapia, este método terapêutico e educacional, faz uso de cavalos numa abordagem interdisciplinar nas áreas da saúde, educação e equitação, visando um desenvolvimento psicossocial de pessoas com necessidades especiais (CHELINI, 2016).

Dentre os principais benefícios da equoterapia destacam-se a melhora no equilíbrio, aprimorando o desempenho motor e funcional das crianças submetidas ao tratamento, na qual, em alguns casos, pode-se notar tais efeitos a partir da 5 (cinco) semanas de tratamento. Além de melhorar a qualidade de

vida, o desenvolvimento afetivo, a interação social e, principalmente, a autoimagem (CHELINI, 2016).

A autora supracitada, ainda especifica o papel do pedagogo na equoterapia frente a sua interdisciplinaridade, sendo este,

[...] voltado a promover condições básicas para que possa, por meio de estímulos e atividades adaptadas, desenvolver o potencial cognitivo do praticante, bem como seu potencial intelectual e social, auxiliando o indivíduo em sua aprendizagem escolar (CHELINI, 2016, pág. 185).

Logo, para estabelecer um tratamento seguro e eficiente, os profissionais devem participar de cursos e estágios em centros de referência, e ter conhecimentos a respeito da análise de cavalos, biomecânica corporal, interdisciplinaridade e indicações da equoterapia, a fim de estar apto a intervir diante das adversidades futuras (CURY, 2011).

PROGRAMA DE ATENDIMENTO EQUOTERÁPICO – PAE

Segundo a Sociedade Nacional de Equoterapia (2004), a atividade equoterápica deve se basear em fundamentos técnico-científicos, para tanto os programas de atendimento necessitam de avaliação médica, psicológica e fisioterápica. Logo, os programas de atendimento que utilizam a equoterapia possuem uma equipe multiprofissional com atuação interdisciplinar, que envolvem o maior número possível de áreas profissionais nos campos da saúde, educação e equitação.

Corroborando com o supracitado Daxenberger (2020) diz que,

[...] além do atendimento equoterápico tem atendimento educacional para crianças, jovens e adultos com diversas necessidades especiais [...] com a participação de pais, amigos e voluntários militantes na causa de inclusão escolar de crianças com deficiências e/ou necessidades especiais, vem ampliando sua contribuição à sociedade (DAXENBERGER, 2020, p.2)

Para tanto, algumas instituições de ensino assumem de maneira autônoma, sendo desenvolvidos em espaços particulares a partir de ações filantrópicas, necessitando de acompanhamento dos pais/responsáveis, além do acompanhamento de auxiliares-guias devidamente treinados. Entretanto, é necessária a escolha de animais e ambiente adequados, que propicie a criança

sentimentos de exploração e aventura sem nenhum risco para à integridade física da criança (ALVES, 2013).

Ademais o autor supracitado diz que,

O atendimento a cavalo é feito em torno de trinta minutos podendo ser maior ou menor dependendo da patologia de cada criança. Para o sujeito estudado iniciamos com quinze minutos e ampliamos lentamente para os trinta minutos padrão. Devemos observar que este não é um padrão rígido uma vez que a patologia de cada criança define a ação sobre a mesma lembrando, naturalmente que cada indivíduo é um ser próprio com suas próprias características que devem ser respeitadas exigindo ainda, adequações nos momentos propícios (ALVES, 2013, p. 21).

Além disso, é primordial acompanhamento multidisciplinar para avaliar os resultados e realizar alterações no cronograma de cada aluno, a fim de não causar exaustão ou alguma intercorrência que possa dificultar o tratamento, além de analisar os efeitos do tratamento frente a diversidade de deficiências físicas e mentais.

RELAÇÃO CRIANÇA E CAVALO

A equoterapia deve ser associada a diferentes áreas de conhecimento tanto no que tange ao desenvolvimento motor, como a fisioterapia, quanto no que tange ao desenvolvimento cognitivo, como psicologia e pedagogia, sendo uma excelente opção para crianças com deficiência, pois auxilia no desenvolvimento intelectual e corporal (DAXENBERGER, 2020).

Outrossim Alves (2013) afirma que,

Durante o seu deslocamento o cavalo produz um movimento tridimensional nos sentidos vertical (para cima e para baixo), horizontal (para frente e para trás) e lateral (para a direita e para a esquerda). Estes movimentos são transmitidos para o praticante, assim, a cada passo o centro de gravidade é deslocado da sua linha média provocando um desequilíbrio que por sua vez provoca um reequilíbrio proporcionando a restauração do centro de gravidade na base de sustentação. Dessa forma o sistema vestibular é permanentemente solicitado estimulando de modo contínuo suas conexões entre os canais semicirculares, onde as células ciliares e otólitos captam as oscilações da endolinfa provocadas pelos movimentos da cabeça com o cerebelo, tálamo, córtex cerebral, medula espinhal e nervos periféricos nos sentidos ascendente e descendente (ALVES, 2013, p. 21).

Além disso, ocorre a melhora na capacidade de socialização devido a aproximação da criança e o animal, através de conversas, podendo ser espontâneas e dirigidas, atividades relacionadas ao cavalo, como pentear e enfeitar a crina do cavalo, bem como trabalhar os métodos de demonstração de afeto como o ato de abraçar o animal, além de atividades lúdicas para envolver a criança em seu próprio tratamento (DAXENBERGER, 2020).

Corroborando com o supracitado Leonforte (2019) ressalta que,

O contato corporal estimula o despertar das sensações, que abre portas para a evolução na parte emocional, afetiva e física. Dessa forma, facilita-se a tomada de consciência da própria existência que traz à tona elementos do inconsciente pessoal. A relação entre cavalos e humanos, por se tratar de uma interação em que a ação é imprescindível, regida pela comunicação corporal e não-verbal, propicia um aumento da capacidade socioemocional positiva estimulada pela negociação, desenvolvimento do espírito de iniciativa, vivência com o lúdico e com a alegria, que se desdobram em autoconhecimento (LEONFORTE, 2019, p. 32)

Ademais, Alves (2013, p. 70), enfatiza que “os movimentos do cavalo nos sugere que o cavalo funciona como coautor do desenvolvimento psicomotor de quem está a monta, nele os movimentos são sequenciados proporcionando reações por todo o corpo”, assim ocorre a aquisição do tônus muscular e a perda da frouxidão de ligamentos sem submeter a criança a exercícios repetitivos e exaustivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional de crianças com deficiência é um direito constitucional que não deve ser negligenciado, por tanto metodologias alternativas de ensino devem ser empregadas, a fim de tornar o aluno com deficiência parte do próprio processo de ensino na rede de ensino pública de todo o país.

Entretanto, com a pandemia do Covid-19, novas medidas de sanitárias foram adotadas com urgência, negligenciando a educação especial, portarias foram criadas para padronizar o ensino no país, porém não há especificações a respeito das metodologias necessárias para fixação e interesse dos alunos com deficiência, principalmente nos anos iniciais.

Ademais, a situação provocada pela pandemia expôs ainda mais o descaso com a educação especial no Brasil, no qual o paradigma do ensino inclusivo entra em foco, onde uma rede de apoio e um ambiente adequado tornam-se vitais para o desenvolvimento do aluno.

Outrossim, há uma baixa transmissibilidade do vírus em locais abertos e principalmente quando adotadas medidas de distanciamento social, na qual abre um novo leque de oportunidades de ensino, como por exemplo a equoterapia que auxilia no desenvolvimento cognitivo e motor de crianças com deficiência, através de cavalos e com o auxílio de profissionais devidamente treinados.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Antonieta Martins. **EQUOTERAPIA, ESTIMULAÇÃO PRECOCE E SÍNDROME DE DOWN: QUANDO AS PARTES SE COMPLETAM FORMANDO UM TODO-RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA BEM SUCEDIDA.** 2003. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA. Princípios e Fundamentos. Brasília: ANDE-BRASIL. Disponível em: http://equoterapia.org.br/articles/index/articles_list/138/81/0 . Acesso em: 27 nov. 2021.

BEZERRA, Narjara Peixoto Xavier; VELOSO, Antonia Pereira; RIBEIRO, Emerson. Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia: Redefining teaching practice: experiences in times of pandemic. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 2, p. 323917-323917, 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014 - 2024: Linha de Base.** Brasília, DF: Inep, 2015.

CHELINI, Marie.Odile. M.; OTTA, Emma. **Terapia assistida por animais.** Editora Manole, 2016. 9788520459768. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520459768/>. Acesso em: 12 out. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. O Aluno com Deficiência e a Pandemia. **Instituto Fabris**, 2020. Disponível em: <https://freemind.com.br/blog/wp-content/uploads/2020/07/O-aluno-com-defici%C3%A2ncia-na-pandemia-l.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

CURY, Valéria.Cristina. R.; BRANDÃO, Marina.de. B. **Reabilitação em paralisia cerebral**. MedBook Editora, 2011. 9786557830581. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786557830581/>. Acesso em: 15 out. 2021.

DAXENBERGER, A. C. S. et. al. Equoterapia como ação extensionista de inclusão social e escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 34, n. Esp., p. 29-38, 2020. DOI: 10.11606/1807-5509202000034nesp029. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/173140>. Acesso em: 5 set. 2021.

Dias, Érika e Pinto, Fátima Cunha FerreiraA Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2020, v. 28, n. 108 [Acessado 1 Dezembro 2021], pp. 545-554. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>>. Epub 06 Jul 2020. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>.

Fonoaudiologia educacional em tempos de Covid-19: estrutura de rotinas, atividades e orientações à pais e professores / Organizadoras Simone Aparecida Capellini, Giseli Donadon Germano, organizadoras. - São Paulo: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. p. 6 – 20. 2020. Disponível em: <https://www.sbfa.org.br/portal2017/pdf/cvd19-ebook-fonoeduc.pdf>. Acesso em: 8 de abril de 2021.

LEONFORTE, JULIA. **Psicologia Junguiana na contemporaneidade: Contribuições da relação entre humanos e cavalos para a psique**. São Paulo, 2019.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & educação**. Autêntica, 2013.

MARQUES, Cláudia Luíza. A metodologia do lúdico na melhoria da aprendizagem na educação inclusiva. **Revista Eixo**, v. 1, n. 2, p. 80-91, 2012.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: SABERESFAZERES ESCOLARES EM EXPOSIÇÃO NAS REDES. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 215-224, 2020.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, n. 57, p. 93-109. 2010.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

ROLIM, Amanda Alencar Machado et al. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Revista Humanidades**, v. 23, n. 2, p. 176-180, 2008.

SANTOS, Vanide Alves dos. O uso das ferramentas digitais no ensino remoto acadêmico: desafios e oportunidades na perspectiva docente. In: CONEDU VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, Maceió. **O uso das ferramentas digitais no ensino remoto acadêmico: desafios e oportunidades na perspectiva docente**. Maceió: Realize, 2020, p. 1-9.

SENA, Maria Rosilene de. Ensino inclusivo ou ensino insersivo? - um relato de experiência com o ensino remoto e o paradigma inclusão x inserção. CONEDU VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, Maceió. **Ensino inclusivo ou ensino insersivo - o ensino remoto e o paradigma inclusão x inserção**. Maceió Realize, 2020, p. 1-11.

UNITED NATIONS. **Policy brief: a disability-inclusive response to COVID-19**. 2020.